

EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA

RAIMUNDO ALCEU DOS SANTOS FILHO

DESTAQUES



A PEDAGOGIA DE PROJETOS E O
DESENVOLVIMENTO DOS ESTUDANTES
Aline Pereira Matias



O ENFRENTAMENTO À DISCRIMINAÇÃO RACIAL NA ESCOLA
Elisângela Oliveira Silva



DESENVOLVIMENTO DO POVO PARA POVO NAS PROVÍNCIAS DE
BENGO, LUANDA E HUAMBO (1993-2013) NA PERSPECTIVA
HISTÓRICO-EDUCATIVA
Celestina Silepo



Editor Responsável:

Antônio Raimundo Pereira Medrado

Editor correspondente (Angola):

Manuel Francisco Neto

Coordenaram esta edição:

Andreia Fernandes de Souza

Manuel Francisco Neto

Vilma Maria da Silva

Organização:

Manuel Francisco Neto

Vilma Maria da Silva

Colunistas: Cleia Teixeira da Silva / José Wilton dos Santos

Colunista: Isac dos Santos Pereira

AUTORES(AS) DESTA EDIÇÃO

- Aline Lima Carvalho
- Aline Pereira Matias
- Celestina Silepo
- Elisângela Oliveira Silva
- Gabriela Amorim Guerra Bezerra
- Geni Santana Cardoso
- Ilda Helena Domiciano Paukoski
- Ismenia Maria Pires Vaz
- Jonatas Hericos Isidro de Lima
- Josefa Bezerra de Meneses
- Mateus Canivonga e Bela Cadete
- Neide Benedita de Moraes
- Rosinalva de Souza Lemes
- Rubia Mara Requena dos Santos
- Silvana Trindade de Azevedo
- Solange Alves Gomes Zaghi
- Tatiane Pavão Ongaro Borges
- Vanessa Izidorio de Arruda Domingues

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Revista Primeira Evolução [recurso eletrônico] / [Editor] Antonio Raimundo Pereira Medrado. – ano III, n. 32 (set. 2022). – São Paulo : Edições Livro Alternativo, 2022.

118 p. : il. color

Bibliografia

Mensal

Modo de acesso: <https://primeiraevolucao.com.br>

ISSN 2675-2573 (on-line)

1. Educação – Periódicos. 2. Pedagogia – Periódicos. I. Medrado, Antonio Raimundo Pereira, editor. II. Título.

CDD 22. ed. 370.5

Patrícia Martins da Silva Rede – Bibliotecária – CRB-8/5877

ACESSOS:

<https://primeiraevolucao.com.br>



<https://doi.org/10.52078/issn2673-2573.rpe.32>



São Paulo
2022

Editor Responsável:

Antônio Raimundo Pereira Medrado

Editor correspondente (ANGOLA):

Manuel Francisco Neto

Comissão editorial:

Antônio Raimundo Pereira Medrado

José Roberto Tenório da Silva

Manuel Francisco Neto

Vilma Maria da Silva

Coordenação editorial:

Ana Paula de Lima

Andreia Fernandes de Souza

Denise Mak

Isac dos Santos Pereira

Patrícia Tanganelli Lara

Thaís Thomas Bovo

Com. de Avaliação e Leitura:

Prof. Me. Adeilson Batista Lins

Prof. Me. Alexandre Passos Bitencourt

Profa. Esp. Ana Paula de Lima

Profa. Dra. Andreia Fernandes de Souza

Profa. Dra. Denise Mak

Prof. Me. Isac dos Santos Pereira

Prof. Dr. Manuel Francisco Neto

Profa. Ma. Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco

Profa. Dra. Patrícia Tanganelli Lara

Profa. Dra. Thaís Thomaz Bovo

Profa. Ma. Veneranda Rocha de Carvalho

Bibliotecária:

Patrícia Martins da Silva Rede

Colunistas:

Profa. Mestranda Cleia Teixeira da Silva

Prof. Doutorando Isac dos Santos Pereira

Prof. Mestrando José Wilton dos Santos

Edição, Web-edição e projetos:

Antonio Raimundo Pereira Medrado

José Roberto Tenório da Silva

Lee Anthony Medrado

Contatos

Tel. 55(11) 98031-7887

Whatsapp: 55(11) 99543-5703

primeiraevolucao@gmail.com (S. Paulo)

netomanuelfrancisco@gmail.com (Luanda)

https://primeiraevolucao.com.br

Imagens, fotos, vetores etc:

<https://publicdomainvectors.org/>

<https://pixabay.com>

<https://www.pngwing.com>

<https://br.freepik.com>

É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta revista, desde que citada a fonte.

Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores e não expressam, necessariamente, a opinião da revista.

Publicada no Brasil por:

Edições
Livro Alternativo

CNPJ: 28.657.494/0001-09

Colaboradores voluntários em:



A revista **PRIMEIRA EVOLUÇÃO** é um projeto editorial criado pela Edições Livro Alternativo para auxiliar professores(as) a publicarem suas pesquisas, estudos, vivências ou relatos de experiências.

O corpo editorial da revista é formado por professores, especialistas, mestres e doutores que atuam na rede pública de ensino, e por profissionais do livro e da tecnologia da informação. É totalmente financiada por professoras e professores, e distribuída gratuitamente.

PROPÓSITOS:

Rediscutir, repensar e refletir sobre os mais diversos aspectos educacionais com base nas experiências, pesquisas, estudos e vivências dos profissionais da educação;

Proporcionar a publicação de livros, artigos e ensaios que contribuam para a evolução da educação e dos educadores(as);

Possibilitar a publicação de livros de autores(as) independentes;

Promover o acesso, informação, uso, estudo e compartilhamento de softwares livres;

Incentivar a produção de livros escritos por professores e autores independentes.

PRINCÍPIOS:

O trabalho voltado (principalmente) para a educação, cultura e produções independentes;

O uso exclusivo de softwares livres na produção dos livros, revistas, divulgação, palestras, apresentações etc desenvolvidas pelo grupo;

A ênfase na produção de obras coletivas de profissionais da educação;

Publicar e divulgar livros de professores(as) e autores(as) independentes e/ou produções marginais;

O respeito à liberdade e autonomia dos autores(as);

O combate ao despotismo, ao preconceito e à superstição;

O respeito à diversidade.

**Esta revista é mantida e financiada por professoras e professores.
Sua distribuição é, e sempre será, livre e gratuita.**



Filiada à:



Platform & workflow by
OJS / PKP



Google Acadêmico



www.primeiraevolucao.com.br

A educação evolui quanto mais evoluem seus profissionais

SUMÁRIO

05 APRESENTAÇÃO

Prof^ª. Dra. Andréia Fernandes de Souza

16 DESTAQUE

Prof. RAIMUNDO ALCEU DOS SANTOS FILHO

EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA

COLUNAS

06 Catalog'Art; Naveg'Ações de Estudantes

Isac dos Santos Pereira



08 Semeando Ideias

Cleia Teixeira da Silva / José Wilton dos Santos



ARTIGOS

1. A PSICOMOTRICIDADE E O DESENVOLVIMENTO CORPORAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL	19
Aline Lima Carvalho	
★ 2. A PEDAGOGIA DE PROJETOS E O DESENVOLVIMENTO DOS ESTUDANTES	23
Aline Pereira Matias	
★ 3. DESENVOLVIMENTO DO POVO PARA POVO NAS PROVÍNCIAS DE BONGO, LUANDA E HUAMBO (1993-2013) NA PERSPECTIVA HISTÓRICO-EDUCATIVA	27
Celestina Silepo	
★ 4. O ENFRENTAMENTO À DISCRIMINAÇÃO RACIAL NA ESCOLA	35
Elisângela Oliveira Silva	
5. A ARTE E SUA IMPORTÂNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL	45
Gabriela Amorim Guerra Bezerra	
6. A IMPORTÂNCIA DA CULTURA DIGITAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL	51
Geni Santana Cardoso	
7. A ARTE CONTEMPORÂNEA NA ESCOLA	55
Ilda Helena Domiciano Paukoski	
8. A AVALIAÇÃO ESCOLAR E O ALUNO NESSE PROCESSO FORMATIVO	61
Ismenia Maria Pires Vaz	
9. O LETRAMENTO E DESENVOLVIMENTO DOS ESTUDANTES NO ENSINO FUNDAMENTAL	67
Jonatas Hericos Isidro de Lima	
10. O LÚDICO COMO INSTRUMENTO NA FORMAÇÃO MORAL DA CRIANÇA	73
Josefa Bezerra de Meneses	
11. PLANO CURRICULAR NO ENSINO SECUNDÁRIO DO PRÉ-UNIVERSITÁRIO (PUNIV)-LUANDA-ANGOLA	79
Mateus Canivonga e Bela Cadete	
12. PRECONCEITO LINGUÍSTICO NO AMBIENTE ESCOLAR	85
Neide Benedita de Moraes	
13. CULTURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA NA EDUCAÇÃO INFANTIL	91
Rosinalva de Souza Lemes	
14. A EVOLUÇÃO DO E-LEARNING E SUAS PRINCIPAIS FERRAMENTAS DIGITAIS	95
Rubia Mara Requena dos Santos	
15. A HORA DA HISTÓRIA E O PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM	101
Silvana Trindade de Azevedo	
16. A ALFABETIZAÇÃO DESDE A TENRA IDADE	107
Solange Alves Gomes Zaghi	
17. A IMPORTÂNCIA DA PSICOPEDAGOGIA NA ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO	111
Tatiane Pavão Ongaro Borges	
18. O DESENHO COMO LINGUAGEM ARTÍSTICA	115
Vanessa Izidorio de Arruda Domingues	

Aos fins de semana me deparo com o pé-de-caqui. Seco, estagnado, galhos sem nenhuma perspectiva, parecendo com aquelas árvores de filmes de terror. Olho e penso acho que realmente ele morreu dessa vez. Nenhum inseto, nenhum broto, nada, investigo e percebo algum pedaço sem vida, faço a poda e concluo que não tem mais jeito.

Eis que a chuva, o frio, o calor e a intensidade da primavera chegam. O caquizeiro parece viver uma nova paixão. Se abre ao novo, lança suas folhas, suas flores e em menos de duas semanas é uma nova árvore, daquelas que conseguimos nos proteger do sol. Frondosa, acolhedora, me engana de novo, mais um ano. Logo disputaremos com as aves seus frutos.

Nosso trabalho vislumbra alguns caquizeiros ao longo do ano, parecem não estarem aqui, mas quando se dão conta de seu processo, crescem, produzem e nos encantam.

Que nesta chegada da primavera a edição de setembro sirva para inspirar, acorde aqueles projetos que você tem vontade de realizar, dê frutos e compartilhe com os demais.

Boa leitura! Boa plantação! E claro, boas colheitas!



Prof.ª. Dra. Andréia Fernandes de Souza

Licenciada em Artes Visuais, Pedagogia e Matemática. Doutora pela (UNIFESP). Professora Nota Dez em 2015 (VICTOR CIVITA). Professora dos anos iniciais na rede pública estadual e municipal de São Paulo.

O ENFRENTAMENTO À DISCRIMINAÇÃO RACIAL NA ESCOLA

ELISÂNGELA OLIVEIRA SILVA

RESUMO

Este estudo foi desenvolvido por meio de pesquisas centradas na importância da introdução do Ensino da História e Cultura Afro-brasileira na Educação, com o objetivo de revelar a importância deste tema para a formação da identidade dos alunos. Constata-se que o ensino em questão contribui para a construção de uma sociedade que reconhece e valoriza a diversidade existente, contribuindo, assim, para a construção da cidadania e da democracia. Contudo, é necessário que a Escola e os profissionais de educação complementem sua formação, a fim de que possam desenvolver projetos pedagógicos que desconstruam modelos que não favorecem a formação da identidade dos alunos e repudiem preconceitos e discriminações.

Palavras chave: Contribuição e Influência da África. História e Cultura Afro-brasileira. Educação. Identidade.

A CONTRIBUIÇÃO E A INFLUÊNCIA DA ÁFRICA NA CULTURA BRASILEIRA: ENFRENTAMENTO À DISCRIMINAÇÃO RACIAL NO AMBIENTE ESCOLAR

Ainda são grandes as diferenças sociais entre brancos e negros no Brasil, sendo os negros os responsáveis pelos mais baixos índices de desenvolvimento humano. O preconceito racial deixa uma marca estigmatizada, uma relação perversa e negativa em tudo que se relaciona ao negro, às suas formas de ser e de ver o mundo. Essas maquinações preconceituosas, que geram ideais estéticos, epistemológicos e culturais, são reproduzidas dentro do ambiente escolar, local que se atribui, atualmente, a responsabilidade pela promoção de valores e de respeito pelas diversidades. Em 2003, a lei nº 10.639 torna obrigatória a inclusão de conteúdos da história e da cultura afro-brasileiras nos currículos escolares, tanto nas escolas públicas quanto nas particulares.

A realidade populacional e cultural brasileira foi por muito tempo negligenciada pelas matrizes curriculares adotadas em nossas escolas. Não temos como objetivo esgotar os inúmeros acontecimentos que ocorreram durante estes períodos que culminaram na formação de uma nação com enormes diferenças sociais, especialmente com relação aos negros e mulatos do nosso país. No entanto, tentaremos destacar os acontecimentos, ao nosso olhar, que mais se despontaram para o estabelecimento e manutenção da desigualdade social existente entre negros e brancos em nossa nação.

A pesquisa bibliográfica foi realizada através de estudos em diversos materiais, desde livros e sites na internet e outros, contemplando o assunto em estudo sobre os Contos Africanos. Compreendendo a importância da pesquisa bibliográfica, ela abrange o estudo das contribuições científicas existentes sobre o tema em estudo por meio das referências teóricas publicadas e a pesquisa documental analisa os instrumentos normativos, como leis.

Mais de dez anos se passaram da entrada em vigor da Lei nº 10.639 de (2003), e o quadro ainda continua o mesmo de quando a lei foi promulgada. A maioria dos municípios ainda não incluíram em seu currículo escolar os assuntos que tratam das culturas afro-brasileiras e indígenas, em cumprimento da lei em vigor. Outra coisa que chama atenção, é que muitos professores, no exercício da profissão, continuam sem formação específica, adequada, pertinente ao que exige a lei. Por isso, faz-se necessária a formação e a difusão de conhecimentos sobre o tema, tanto para professores quanto para gestores.

O tempo decorrido entre a promulgação da Lei nº 10.639 de 2003, até hoje, supõe-se que seja mais que o suficiente para que as escolas atendam as exigências legais referentes aos conteúdos curriculares, neles incluindo as histórias da África e da presença do negro no Brasil, permitindo, com

isso, a educação e as relações étnico-raciais em sala de aula. Os educadores, já com sua formação específica, poderão contribuir sobremaneira para a construção de uma sociedade melhor e mais igualitária, trilhando caminhos para a superação dos desafios rumo a uma escola mais acolhedora e mais diversa.

Para que a questão de tempo fique bem definida em relação ao ensino de conteúdos étnico/raciais nas escolas públicas, é necessário fazer um recuo no tempo, indo até os anos 1950, 1960, quando das reivindicações para incluir os citados conteúdos nos currículos escolares, solicitações essas feitas ao governo federal, que não disse sim, mas nada fez para, pelo menos, demonstrar boa-vontade.

Na Constituição Federal do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988, consta em seu texto dois pontos que geram questionamentos: 1) “a educação é um direito do cidadão e um dever do estado; 2) “racismo é crime inafiançável e imprescritível”. Passaram-se quase 40 anos para que houvesse uma tomada de posição por parte do governo que marcou sua posição ao sancionar a constituição, mas fez questão de não referendá-la. Oito anos depois, em 20 de dezembro de 1996, entrou em vigor a Lei nº 9.394, que em nada melhorava as questões educacionais na área das relações étnico/raciais.

Esta lei foi alterada pela Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003, que determinava a obrigatoriedade do ensino da História da África e História Afro-Brasileira na Rede Oficial de ensino, juntamente com o currículo escolar regular, já existente. Para que outro elemento tivesse autorização para participar deste enredo étnico/racial redigido e dirigido pelo governo, faltavam duas coisas: a passagem de alguns anos entre uma lei e outra, e a definição de qual elemento participaria do enredo.

A Lei nº 11.645 uniu as duas coisas e, em 10 de março de 2008, elas chegaram, após 5 anos de espera. O texto da lei dispunha sobre a obrigatoriedade de se incluir nos currículos das escolas, públicas e privadas, a História dos Índios Brasileiros. Aí estava o outro elemento: o índio. Sendo assim, o tripé da formação básica da população da nação brasileira estava completo (o índio, o negro e o branco).

O CAMINHO DA TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE TENDO A EDUCAÇÃO COMO AGENTE TRANSFORMADOR E A CULTURA DE CADA GRUPO

Conforme Bento (2002), quase todos, em algum momento, já ouviram a frase “a África é o berço da humanidade”. Não por acaso, essa frase está ligada aos primeiros registros arqueológicos encontrados no continente africano, consta não só a presença de humanos, mas, também, de grupos humanos vivendo em companhias uns dos outros, visando sobreviver e criando meios para isso. Os pesquisadores têm mostrado que o continente africano teria sido o palco das primeiras etapas da evolução humana.

Os primeiros hominídeos, os antepassados dos humanos, deixaram vestígios no Chade, datados de 7 milhões de anos, que foram encontrados em 2002. Importantes exemplares do *Homo habilis*, humano que produzia ferramentas e tinha raciocínio complexo, que viveram entre 2 e 2,5 milhões de anos atrás, também foram encontrados, entre outros lugares do continente, no desfiladeiro de Olduvai, na Tanzânia, cenário arqueológico importante para o conhecimento das origens da humanidade.

Em conformidade com Freyre (2005), resta saber como os primeiros humanos se espalharam pelo mundo, e se saíram da África como *Homo erectus* ou *Homo sapiens*. O que se pode afirmar é que, na África, encontram-se vestígios dos mais antigos antepassados dos humanos. As pistas achadas em território africano, de diferentes tipos dos primeiros humanos, foram fundamentais para compor a história sobre a vida dos homens e das mulheres que iniciaram a humanidade.

Duas consequências muito importantes advêm dessa história: a primeira é que os estudos realizados em campos africanos permitiram um maior conhecimento do processo da evolução humana. A segunda é de que os estudos da história africana sobre tempos tão remotos contribuíram para rever o conceito de pré-história.

O início dos tempos históricos foi marcado a partir do surgimento da escrita, que funcionava como linha divisória, deixando fora da história os povos que não criaram formas de escrita. Também, aqueles que, apesar de viverem em épocas com a escrita já difundidas, porque não faziam uso dela como meio de registro e comunicação, ficaram marcados para sempre como “gente fora da história”.

Conforme Fonseca (2009), a arte rupestre é outra fonte para o estudo das antigas formas de vida, de sonhos, de religiosidades e simbologias dos primeiros grupos humanos. Em diferentes regiões da África, em paredes de pedra, são encontrados registros de cenas do cotidiano, de desejos e sonhos, transformando as pinturas rupestres em documentos valiosos, onde se encontra registradas as formas de representação e as características de homens e mulheres há milhares de anos. A história da África mostra aspectos da história do mundo em seus períodos mais remotos trazendo à luz da compreensão o início da vida humana em sociedade.

Assim como Gonçalves (2000), muda o conceito de pré-história ao repensar e entender povos e grupos contemporâneos que não dominam a escrita, mas que mesmo assim registram a sua história. Esses povos, que viviam em sociedades africanas organizadas, registraram sua história, usos e costumes por meio das suas tradições orais, mantendo viva, de geração em geração, a história dos seus antepassados, não permitindo que o tempo apagasse a memória dos seus antepassados e as suas. Os historiadores se viram forçados a aprender e interpretar esse tipo de fonte e criar meios capazes de extrair dela as informações e validá-las como registro.

De acordo com Azevedo (1987), todo o trabalho e o método de aprendizagem sobre as fontes orais foram compensados com os desdobramentos históricos de muitas sociedades, aquelas que utilizavam a escrita, mas que registraram oralmente os aspectos fundamentais da sua história.

De modo geral, o trabalho para encontrar fontes de informações sobre a história africana acabou transformado em desafios para entender a história de vários grupos humanos, e fez a historiografia reconhecê-los como autores de registros históricos.

Os grupos de analfabetos ou semianalfabetos, indígenas e nômades, que viviam em países do mundo desenvolvido no Ocidente, excluídos do registro escrito, graças ao trabalho com as fontes orais, recuperaram seu lugar na história das academias e das instituições científicas.

Os relatos coletados da tradição oral não foram exclusividade de historiadores africanos ou africanistas. No final do século XIX e princípios do século XX, alguns letrados no período colonial fizeram esse trabalho juntamente com estudiosos africanos formados em escolas coloniais. Faltava compreender melhor e dar legitimidade a essas fontes.

A metodologia para esse suporte que faltava, surgiu na década de 1960, baseada em um trabalho pioneiro de um estudioso belga, chamado Jan Vansina. Ele indicou a possibilidade de controle e crítica necessários para uso científico das tradições orais. Seminários acadêmicos realizados na África – em Dakar, Senegal – em 1961, e em Dar es Salaam (Tanzânia), em 1965, apresentaram contribuições de outros estudiosos e enaltecem o papel insubstituível das tradições orais.

De acordo com Angela (2007, p. 56), historiador e escritor nascido no Mali (África Ocidental) e um dos grandes nomes nos estudos das tradições orais no continente, Amadou Hampate-Bâ disse: "A palavra é a memória viva da África". É o que se percebe nesse trecho de um artigo seu considerado um texto clássico sobre o tema: Para alguns pesquisadores, o problema se resume em saber se a transmissão oral, ao passo que o testemunho de acontecimentos passados, merece a mesma confiança concedida à transmissão escrita. A meu ver, esta colocação é errônea. Em última análise, o testemunho, escrito ou oral, é sempre um testemunho humano, e seu grau de confiabilidade é o mesmo do homem.

O que se questiona, além do próprio testemunho, é o valor da cadeia de transmissão à qual o homem está ligado, a fidelidade da memória individual e coletiva e o preço atribuído à verdade em determinada sociedade. Ou seja, o elo que une o homem à Palavra. Ora, é nas sociedades que a função da memória é mais desenvolvida, e mais forte o elo entre o homem e a Palavra. Na ausência da escrita, o homem se une à sua palavra. Tem um compromisso com ela.

O homem é a sua palavra e sua palavra dá testemunho do que ele é. A própria coesão da sociedade depende do valor e do respeito pela palavra. Nas tradições africanas – pelo menos nas que conheço que são de toda a zona de savana ao sul do Saara – a palavra falada, além de seu valor moral fundamental, possui um caráter sagrado que se associa à sua origem divina e às forças ocultas nela depositadas. Sendo agente mágico por excelência e grande vetor de 'forças etéreas', não pode ser usada levianamente (BÂ, 1973, p. 17).

Em obra mais recente, publicada no Brasil, o mesmo autor fala sobre sua formação e de outros historiadores da mesma tradição africana:

É que a memória das pessoas de minha geração, sobretudo a dos povos de tradição oral, que não podiam apoiar-se na escrita, é de uma fidelidade e de uma precisão prodigiosas. Desde a infância, éramos treinados a observar, olhar e escutar com tanta atenção, que todo acontecimento se inscrevia em nossa memória, como em cera virgem (BÂ, 2003, p. 13).

Na história, o período conhecido como Idade Antiga quase nunca, ou raramente, contempla o continente africano. Tal omissão pode ser observada na história do Antigo Oriente Próximo. O Egito,

apesar de se encontrar no continente africano, aparece como se fosse parte de um mundo não especificado. O enfoque do Egito se dá por conta de seus contatos com a Península Arábica e a antiga Mesopotâmia, e não por sua relação com as terras do sul da África, atualmente estão localizados o Sudão e a Etiópia.

Conforme Brasil (2006), a fundação do Império Egípcio, ocorrido há cerca de 5 mil anos, se deu a partir do sul, estão as bases da chamada civilização egípcia, e, depois, se expandiu com a conquista da região do delta do rio Nilo.

Cartago, antiga e importante cidade africana, rica e poderosa, também não teve espaço na história do Mediterrâneo Ocidental na Antiguidade, apesar do seu poder comercial, dos seus férteis campos de trigo, base para alimentação dos povos naquela época, de ser ponto de partida de navios fenícios que costeavam a África em direção ao ocidente, rumo ao litoral sul de Marrocos, e das guerras travadas contra Roma a ponto de ser considerada uma temível rival por sua adversária.

No entanto, em razão ao poderio naval e bélico, com um exército numeroso e bem treinado, Roma dominou Cartago, no ano 146 a.C., o que significou o poder de Roma sobre o norte da África e o estreitamento das relações entre o mundo europeu mediterrâneo e os povos do deserto. Foi, também, sob o domínio de Roma que houve a expansão do cristianismo no continente africano.

Similarmente a Heringer (2003), outro ponto da história do continente africano que merece registro é a expansão banta e as línguas derivadas dele para o português do Brasil. A palavra banto é um termo resultante da combinação ntu (ser humano) mais o prefixo ba, que designa o plural. Assim, banto (ou bantu) significa “seres humanos” ou, “gente”.

Os bantos, que são povos de línguas bantas não formam uma etnia nem um povo; eles pertencem a uma origem, aos idiomas e aos dialetos que falam. Compartilham a mesma origem linguística, o que significa compartilhar aspectos culturais, tendo algumas semelhanças na forma de interpretar a realidade, o que não os torna um povo ou um grupo étnico.

O processo de ocupação de grandes áreas do continente africano ao sul do Equador ocorreu lentamente, ao longo de milhares de anos. A primeira grande deslocação teria ocorrido no final do segundo milênio a.C., partindo da região que hoje corresponderia ao norte da fronteira entre Camarões e Nigéria. Cruzaram a fronteira onde se localiza a República Centro-Africana, ocupando áreas dentro e fora da floresta equatorial, a oeste e a leste. Eram agricultores e foram os primeiros nessa região a se organizar em aldeias, agrupando essas aldeias em unidades maiores com mais ou menos 500 pessoas.

Consoante a Mattos (2016), a outra leva migratória aconteceu no ano 900 a.C., ao término da expansão inicial. Havia, então, dois grandes grupos falando línguas aparentadas, mas diversas: os bantos do oeste, hoje é a República Popular do Congo, e os bantos do leste, atual Uganda. Os bantos do oeste tiveram como destino o local que atualmente é o norte de Angola e os bantos do leste se deslocaram para o sudeste da região, onde estão localizados o Zaire e Zâmbia.

Nos séculos iniciais da Era Cristã, outras ondas migratórias dos grupos bantas se destinaram ao sul do continente. Esses grupos tinham conhecimento das técnicas de metalurgia, o que muito contribuiu para melhorar suas condições de agricultores. Desse momento em diante, mais ou menos no século V, a esses deslocamentos de populações, expandiram-se as técnicas de metalurgia e de produção de alimentos.

Do mesmo ponto de vista que Silva (1993), a fixação desses grupos, cada um em uma área distinta, gerou produções de alimentos de acordo com a região. A produção diferenciada de tipos de alimentos provocou a aproximação dos grupos, surgindo novos meios para se reconhecerem e se relacionar, facilitando a troca de alimentos entre eles, intensificando esse tipo de comércio. Assim, a evolução da ocupação de grandes partes da África fez com que surgissem grupos que, por sua história, língua, crença e práticas em comum, passaram a constituir povos. Foi um processo lento que ocorreu entre o século V a.C. e o século V da nossa era. Daí, o surgimento das identidades de grupo.

Esta rápida passagem pela extensa história do Continente Africano, que é muito rica em detalhes e minúcias, permite que se abra espaço para algumas questões, quais sejam:

- Quando o primeiro homem surgiu, ele era branco ou negro? Se branco, como se tornou negro, e vice versa? Essa transformação talvez possa ser explicada pela evolução da espécie.
- Como os humanos saíram do continente africano e se espalharam pelos outros continentes? Por que só os brancos saíram? Por que só os negros ficaram na África?
- Sendo a África a origem do ser humano, antes da separação, brancos e negros pertenciam à

mesma etnia, a mesma raça e origem, a mesma cultura. O que provocou o rompimento entre brancos e negros?

- Será que o motivo da segregação gerou tanta revolta nos africanos brancos que fizeram com que eles preferissem abandonar o continente?

- Seria essa segregação que provocou o início do preconceito racial?

- Ou o preconceito seria uma forma de negação das suas origens?

No mais longo processo de migração forçada da história da humanidade, mais de 11 milhões de africanos foram trazidos compulsoriamente para a América, destes, 4 milhões vieram para o Brasil. O Império português se estendia até as cidades costeiras da Índia e Macau, na China. Na realidade era uma grande rota comercial que se transformou em uma ampla rede de comércio, a partir do momento que os colonizadores portugueses precisaram aumentar a mão-de-obra aqui no Brasil devido à necessidade de expandir a produção de gêneros alimentícios e produtos agrícolas de exportação. (SILVA, 1993, P. 78).

Esses produtos eram trocados por outros produzidos nas localidades costeiras, desde o sudoeste e sul da África até a Índia e Macau. Em seu retorno passavam pelo litoral africano e trocavam os produtos adquiridos por negros escravos, tecidos (pejorativamente chamados de panos de negros), e no Brasil trocavam os prisioneiros por açúcar.

A rede comercial envolvia muitos parceiros em diversas partes do mundo. Essas relações comerciais incrementaram o transporte de pessoas, de mercadorias, de novos produtos agrícolas, novos alimentos, novas formas de cultivo, novas ideias e as relações linguísticas e religiosas.

O lucro com o comércio de escravos era tão grande que já não se trazia escravos só para o Brasil. Os escravos se tornaram o principal produto comercial dos portugueses, sendo negociados em toda a América. As guerras eram o meio mais comum e mais eficaz para conseguir mercadoria em quantidade; caso contrário, eram planejadas excursões de caça e captura com essa finalidade, envolvendo europeus e africanos no processo.

Semelhante a Bento (2002), a cultura de cada grupo, eles não se sentiam irmãos, motivo pelo qual uns caçavam os outros para aprisioná-los e vendê-los como escravos. Os grupos caçadores eram sempre em grande número e atacavam de surpresa. Os capturados eram retirados de sua terra natal, de suas aldeias, de suas casas e de suas famílias. Ficavam para trás as mães sem seus maridos e filhos sem seus pais, que eram o suporte familiar. Não obstante serem de diferentes culturas, eram seus semelhantes, compartilhavam a mesma origem e cor. Mesmo que fossem brancos, amarelos ou vermelhos, nenhum argumento, qualquer que seja, justifica tal agressão e brutalidade. O escravagismo não tornava os africanos escravos; fazia pessoas, seres humanos, escravos.

De acordo com Fonseca (2009), por quase três séculos e meio o comércio escravagista modificou o ocidente e fez com que a África perdesse vidas humanas que, provavelmente, fizeram falta ao seu desenvolvimento. Além do mais, toda essa ação indecente e criminosa, levada a cabo com o respaldo de pessoas importantes (o regime político de Portugal era a monarquia), que visava simplesmente o enriquecimento, não teve respeito pelo ser humano nem por sua dignidade.

Os impactos da ideia de raça na sociedade, em torno da qual se constrói o racismo, são muitos e agem diretamente na formação da sociedade. Em pleno século XXI pode-se observar que a democracia brasileira está incompleta. Segundo as afirmações de diversos pesquisadores, embora as desigualdades sociais tenham apresentado reduções nos últimos anos, continuam sendo uma marca da sociedade e racismo sendo uma estrutura dessas desigualdades, definindo as oportunidades para os brasileiros, dependendo do seu pertencimento.

Como aponta Silva (1993), os dados e análises sobre as desigualdades raciais na educação, no mercado de trabalho, e na saúde, demonstram que esse caráter nada democrático permanece na sociedade brasileira. Esse caráter se reflete em discriminações não só em relação às pessoas, mas, nos próprios conteúdos curriculares selecionados para serem trabalhados, não permite a construção de uma educação democrática. É evidente a formação moral eurocêntrica presente nos currículos de história e de outras disciplinas escolares.

O verbete do dicionário Houaiss para cultura – “conjunto de crenças, costumes, atividades, etc, de um grupo social” – amplia o conceito de tal forma que, no caso estudado, desfavorece sua compreensão por propiciar uma ideia de generalização dos assuntos relacionados à cultura Afro-brasileira. Costuma-se dizer que a religião é o candomblé, que a música é o samba e que a comida é a feijoada. (AZEVEDO, 1987, p 98).

Tudo muito simplificado, limitado e, até mesmo, erroneamente colocado aos estudantes. A herança de uma educação branca e eurocêntrica condicionou a formação dos profissionais do ensino a temas afastados das outras culturas, gerando um despreparo dos educadores em relação à África, o que se reflete nos livros didáticos e em suas aulas.

Essa realidade, na qual os preconceitos e as discriminações, mesmo não explicitadas, alimentam as desigualdades sociais e raciais, também se reproduz nas escolas. Em 2009, uma pesquisa realizada pela Fundação FIPE, a pedido do Instituto Anísio Teixeira (INEP), em 501 escolas públicas, baseada em entrevistas com 18.500 alunos, pais, mães, diretores, professores e funcionários, revelou que 99,3% das pessoas no ambiente escolar têm algum tipo de preconceito étnico/racial, socioeconômico, com relação a portadores de necessidades especiais, gênero e orientação sexual. Entre estes (99,3%), 94,2% têm preconceito étnico/racial.

Os preconceitos e discriminações impactam na formação das crianças e dos jovens, e acabam refletindo na sociedade brasileira como um todo. As memórias construídas nas escolas tornam-se relevantes, já que os grupos discriminados raramente têm (ou não têm) suas memórias e histórias trabalhadas nos espaços escolares. Essas memórias podem conduzir para o bem (entendimento de valores, de respeito, de dignidade) ou para o mal, quando o agressor tem noção da forma mais eficaz para conduzir uma humilhação, ou até mesmo, quando o agredido passa a crer na sua condição de pessoa inferior. A memória é importante na construção da identidade, sobretudo se concordar com Michael Pollak, quando ele afirma:

Podemos dizer que a memória é um elemento constituinte do, tanto sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si (POLLAK, 1992, p. 204).

A presença negra no Brasil, em todas as regiões e segmentos da sociedade, exprime uma grande diferença em relação às outras nações que surgiram nas Américas a partir da diáspora africana. É fundamental ter conhecimento da África para a formação da consciência social e histórica do povo brasileiro. Sendo assim, é importante problematizar estereótipos e distorções referentes ao continente africano, seus povos e sua história e, também, em relação à população negra brasileira. É de crucial importância discutir a reversão das ideias que afirmaram a falta de historicidade, sem capacidade de transformações, e a falta de humanidade dos povos africanos e da diáspora, que acabou gerando afrodescendentes no Brasil e em outras partes do mundo.

Para Freyre, 2005, p.76, as distorções causadas no imaginário social das visões influentes do chamado "pensamento social" das elites intelectuais, que menosprezam e negam a contribuição de matrizes africanas na formação da nacionalidade.

No período temporal entre o final do século XIX e os trinta primeiros anos do século XX, o Estado brasileiro financiou a imigração europeia visando substituir a população, que estava completamente mestiçada de brancos, negros e indígenas, sendo, por isso, considerada incapaz de construir uma civilização.

A imigração foi planejada e financiada com o objetivo de contrabalançar a importância das matrizes africanas. Porém, mais de três séculos já se haviam passados e o povo brasileiro se caracterizava pela miscigenação euro-afro-ameríndia, pelos usos e costumes, pelas religiões, etc, e, além disso, as influências ou as contribuições negras eram desprezadas, como se isso restringe o aporte africano, deixando a nítida impressão de que evolutivas e civilizatórias eram exclusivamente as matrizes europeias.

Nada é mais intrigante do que os atos atroz cometidos por aqueles que se julgavam evoluídos e civilizados, cujos valores de vida e dignidade são medidos pela ganância, que têm a presunção de se acharem superiores, mas que justificam seus atos apenas pela cor da pele.

José Honório Rodrigues, no livro "Brasil e África: outro horizonte" (1964) apresenta uma valiosa pesquisa a respeito da campanha legislativa para impedir a entrada de imigrantes não brancos no Brasil. Em conformidade com o autor, do início da República até o fim do Estado Novo:

Continuava dominante o pensamento de embranquecer o povo brasileiro e evitar a entrada de grupos não europeus, os dominantes, os superiores. O Decreto-Lei nº 7.967 de 18/09/1945, dispõe no seu artigo II: atender-se-á, na admissão dos imigrantes, a necessidade de preservar e desenvolver, na composição étnica da população, as características mais convenientes da sua ascendência europeia (RODRIGUES, 1964, p. 153).

O regime escravagista brasileiro foi o mais longo do continente americano e ainda são comuns os estereótipos, o negro é visto como um mero objeto de exploração, passivo, “estranho”, inadaptado; ou, então, independentemente do seu grau de instrução e posição social, é considerado um escravo ajustado à formação social, como agregado e dependente, vivendo no meio da família patriarcal brasileira.

A bibliografia mais antiga aborda visões da escravidão, dando-a como benigna aos negros, assim, eles eram disciplinados, evangelizados e os livrava de seu primitivismo. Por efeito da Lei nº 10.639 de 2003, cresce cada vez mais a circulação de livros didáticos que abordam a violência da escravidão como fator principal da brutalidade física, mental e espiritual dos seres humanos escravizados.

Porém, seu protagonismo e sua condição de contribuintes para a formação do desenvolvimento da sociedade, estão ganhando reconhecimento e compondo análises mais criteriosas e fundamentadas, com isenção de estereótipos e distorções. Percebe-se, então, “assimetrias entre o conhecimento das sociedades europeias, ameríndias e africanas nesta forma de abordagem do problema” (Mattos, 2003).

Muitas são as interpretações da escravidão. Os analistas e estudiosos da matéria tecem críticas de acordo com a sua visão. E não poderia ser diferente, caso contrário, bastaria uma única visão.

Acontece que algumas análises são feitas a partir do momento em que o cativo passa a ser escravo de fato, quando ele já está em alguma senzala, contribuindo com a produção de açúcar e de cachaça. É como se, por ser escravo, ele não existisse, não como ser humano. Essa formulação deixa a escravidão banalizada, natural, o que permite cogitar que ele (o negro) se encontrava na condição de escravo porque assim ele queria sem ter sido forçado a ela. Assim, também, é a interpretação de Hebe Mattos, conforme trecho do seu livro:

“Essa naturalização da escravidão negra, com base em uma premissa que torna o tráfico negreiro um fenômeno histórico, econômico e cultural derivado apenas da história europeia, é fruto de desconhecimento da história africana e de sua importância na articulação do mundo atlântico, presente na formação de pesquisadores e de professores brasileiros” (MATTOS, 2003, p. 133).

Desconhecimento. Esta talvez seja a palavra mais apropriada e a mais contraditória para definir as tomadas de posições, tanto passadas quanto atuais, em relação às práticas pedagógicas educacionais, voltadas para a educação étnico/racial no Brasil.

Desconhecimento da História da África e da História Afro-Brasileira. Desconhecimento da aptidão e da falta de capacidade dos profissionais da educação, sobre os quais pesa a responsabilidade de transformar as mazelas do étnico/racial em bem-estar social moral.

Heringer (2003) acha contraditória porque, as pessoas que têm a responsabilidade de organizar os conteúdos curriculares, as Leis de Diretrizes e Bases, as Políticas Públicas para a Educação e os Conselhos Estadual e Municipal da Educação, notadamente são pessoas que têm educação e cultura adquiridas em estabelecimentos de ensino, público ou privado. Essas pessoas não sabem, ou fingem não saber, da diáspora africana, da história do povo africano (um povo milenar, diga-se de passagem) e dos africanos (escravos) no Brasil. A lentidão com que as leis e as determinações são colocadas em prática, deixa no ar um quê de sabotagem e de mais uma prática discriminatória.

A luz dos seus saberes não ilumina o provérbio africano: “O conhecimento não é a coisa principal, mas as ações”.

Pressupondo que a educação seja a principal ferramenta para enterrar de vez as discriminações, os preconceitos, as diversidades e caminhar rumo à igualdade, sendo transformadora dessa sociedade contaminada por ideais avessos aos valores sociais, é necessária uma ação mais eficaz e contundente, deixando de lado o campo teórico e exalte a prática.

Angela (2007) traz que os currículos devem ser abrangentes e profundos, visando englobar todos os tópicos do tema, cujo conteúdo é extenso e não permitirá que sua abordagem seja superficial. Por outro lado, o currículo regular não deverá ser relegado ao segundo plano.

A morosidade com que o assunto étnico/racial foi tratado demonstra que o governo não está nem um pouco interessado em seu avanço. Desde os anos 1950/60, quando os movimentos negros organizados reivindicaram a inclusão da História da África e História Afro-Brasileira, nos currículos educacionais, para a educação étnico/racial e combate à diversidade, até 2008, quando foi sancionada a Lei nº 11.645, transcorreram-se, aproximadamente, 50 anos.

Se o tempo que se perdeu tivesse sido aproveitado para especializar professores em cursos de formação voltados para o étnico/racial e, concomitantemente, os conteúdos específicos tivessem sido incluídos nos livros didáticos e nos currículos educacionais, para, pelo menos, atender o que determina a Lei nº 10.369, um grande passo teria sido dado e, em breve, teríamos uma geração com consciência social e de cidadão formadas, com subsídios críticos para discutir a naturalização do preconceito e da discriminação.

A falta de visão e planejamento daqueles que têm a prerrogativa de ditar e impor as leis acarreta atrasos consideráveis nas questões urgentes, em particular naquelas de cunho social, como é o caso da Lei nº 11.645/2008, que foi criada para incluir nos currículos escolares a obrigatoriedade do ensino da história indígena brasileira. Ora, esta lei, juntamente com a Lei nº 10.639/2003, altera a Lei nº 9.394/1996, cujo assunto já constava da pauta das Políticas Públicas Educacionais.

Em conformidade com Bento, 2002, p. 89, muitas barreiras serão encontradas no caminho da transformação da sociedade tendo a educação como agente transformador. Uma delas é a liberação de verba para subsidiar os Cursos de Formação de Professores para a Educação Étnico/Racial, para professores que já estão na Rede Oficial de Ensino. Afinal, não é culpa deles se nos currículos escolares, quando eram estudantes, não constavam os conteúdos para aprendizagem das relações étnico/raciais, e que agora, por força das novas determinações, terão que se reinventar, pedagógica e didaticamente.

Similarmente a Bento, 2002, p. 76, Outra barreira a ser transposta é a que diz respeito ao próprio eu dos educadores, não basta só a qualificação: tem que haver comprometimento. Não deve ser uma questão de encher duas ou três lousas de matéria, usar o critério de matéria dada e pronto. Não requer sensibilidade na abordagem, nas respostas e nas explicações.

“É o saber da história como possibilidade e não como determinação. O mundo não é. O mundo está. Como subjetividade curiosa, inteligente, interferidora na objetividade com que dialeticamente me relaciono; meu papel no mundo não é só o de quem constata o que ocorre, mas também o de quem intervém como sujeito de ocorrências. Não sou apenas objeto da história, mas seu sujeito igualmente. No mundo da história, da cultura, da política, constato não para me adaptar, mas para mudar (FREIRE, 2005, p. 77)”.

Os objetivos apontados na perspectiva teórica da educação tida como popular, ao se configurar ações educativo-formativas devem, prioritariamente, se comprometer com as transformações das relações societárias, sendo, especificamente nesse caso, das relações étnico/raciais de índole segregacionista que estigmatizam de maneira excessiva a organização social brasileira:

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Parafraseando, Bento, 2002, p. 45: “Preconceito e discriminação existem. Eles estão dentro da sociedade. Na maioria das vezes eles vencem”.

Estes dizeres sintetizam bem o que ocorre em todas as camadas da sociedade brasileira. A rigor, assiduamente nas camadas mais elitizadas que, supostamente, possuem melhor nível de escolaridade do que se presume maior grau de civilidade. Ser civilizado é um termo enganoso que não beneficia nenhuma sociedade do que é consciência social, dos seus valores e de respeito às desigualdades. Ao contrário, o que se vê são demonstrações de força e de poder, como nos casos do holocausto e do tráfico de escravos africanos.

Sem violência, mas com enorme sutileza, são as situações discriminatórias detectadas por pesquisas e narradas pelos próprios pesquisadores. Seguem alguns exemplos:

- No atendimento judiciário, o tempo de espera para evolução de processos, que envolvem detentos negros, sempre é maior em comparação aos que envolvem detentos brancos; até, com relação à assistência jurídica, os advogados mais inexperientes são os indicados para proceder à defesa dos negros. Sérgio Adorno (1994).

Na Constituição da Federação Brasileira, promulgada em 1988, em seu texto referente à educação, consta que: “todo” cidadão tem direito à educação, sendo um dever do Estado preservar este direito. O problema é saber o que era a constituição para fazer valer este direito.

Referente aos Parâmetros Curriculares Educacionais é do conhecimento de todos, pelo menos há uma presunção de que assim seja, de que eles não atuem com imposição, mas sim como direcionadores, apontando objetivos e metas. São parâmetros para uma educação igualitária. No entanto, tendo a cidade de São Paulo como exemplo, se o currículo de uma escola localizada no Bairro da Consolação

for comparado ao currículo de uma escola localizada em um bairro periférico, tipo Cidade Tiradentes ou Guaianases, será constatado que os conteúdos são iguais, porém, a discrepância de aprendizado é enorme.

Esse fato ocorre porque as autoridades envolvidas demandam maior atenção e tempo para as escolas centrais do que para as periféricas, conseqüentemente os problemas se acumulam. As questões citadas e muitas outras que se enquadram no contexto étnico/racial têm características puramente discriminatórias, de formato segregativo. Formato construído pela sociedade e que vem sendo moldado no decorrer dos tempos, mas, agora, deixa maior peso da responsabilidade da transformação a cargo da educação. Necessário é acreditar que a educação dará uma grande contribuição e que, com certeza, fará a sua parte.

O que não se pode esperar, pelo que já vimos, é a benevolência dos detentores do poder econômico e seus apadrinhados políticos, como, também, não se pode esperar uma transformação repentina, como num passe de mágica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

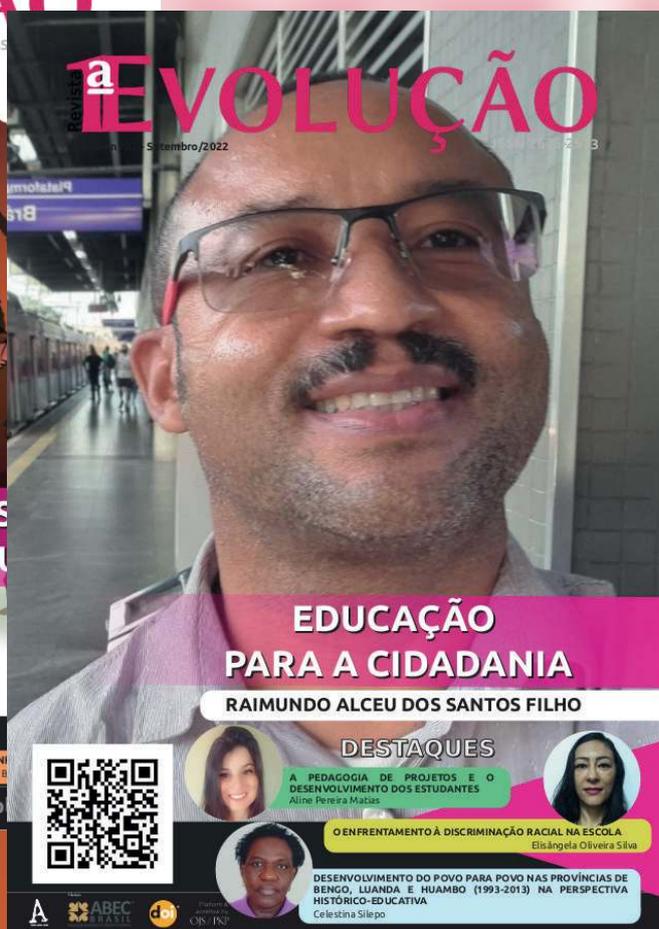
- ANGELA C.. M.. Eduardo R. de A. História e Cultura Afro-Brasileira: POSSIBILIDADES E IMPOSSIBILIDADES NA APLICAÇÃO DA LEI 10.639/2003. **Revista Ágora**, Vitória, n. 5, p. 1-12, 2007.
- AZEVEDO, C. M. M. **Onda negra e medo branco: o negro no imaginário das elites: século XIX**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- BENTO, Maria Aparecida da Silva. **Racialidade e produção do conhecimento**. In: SEYFERTH. et .al. racismo no Brasil, p. 45-52. São Paulo: ABONG; ação educativa; ANPED, 2002.
- BRASIL, **Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: SECAD, 2006.
- FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala** - Edição Comemorativa. 50ª edição,. Rio de Janeiro: Global. 2005.
- FONSECA, Marcus v. **população negra e educação: o perfil racial das escolas mineiras no século XIX**. Belo Horizonte: Mazza, 2009b.
- GONÇALVES. L.A.O. Negros e educação no Brasil. in: Lopes, Eliane Marta T; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive da (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autentica, p. 325, 2000.
- HERINGER, E. Promoção da igualdade racial no Brasil: um objetivo democrático. **Tempo e presença** 42/43, jan,/ jun. 2003.
- MATTOS, R.A. **Historia e cultura afro – brasileira**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2016.
- SILVA, Petronilha B.G. **Diversidade étnica – racial e currículos escolares dilemas e possibilidades**. Caderno CEDES, Campinas, n, 32 p. 25-34,1993.



ELISÂNGELA OLIVEIRA SILVA

Licenciatura Plena Pedagogia pela Universidade Nove de Julho, UNINOVE, SP; Pós graduada em Educação Inclusiva pela Faculdade Campos Elíseos, SP; Professora de Educação Infantil e Ensino Fundamental I na Prefeitura Municipal de São Paulo, PMSP.

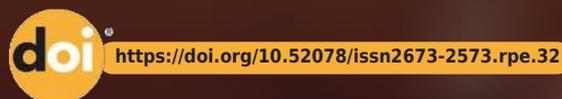
EVOLUÇÃO



ORGANIZAÇÃO:
Manuel Francisco Neto
Vilma Maria da Silva

AUTORES(AS):

Aline Lima Carvalho
Aline Pereira Matias
Celestina Silepo
Elisângela Oliveira Silva
Gabriela Amorim Guerra Bezerra
Geni Santana Cardoso
Ilda Helena Domiciano Paukoski
Ismenia Maria Pires Vaz
Jonatas Hericos Isidro de Lima
Josefa Bezerra de Meneses
Mateus Canivonga e Bela Cadete
Neide Benedita de Moraes
Rosinalva de Souza Lemes
Rubia Mara Requena dos Santos
Silvana Trindade de Azevedo
Solange Alves Gomes Zaghi
Tatiane Pavão Ongaro Borges
Vanessa Izidorio de Arruda Domingues



Produzida com utilização de softwares livres



www.primeiraevolucao.com.br

